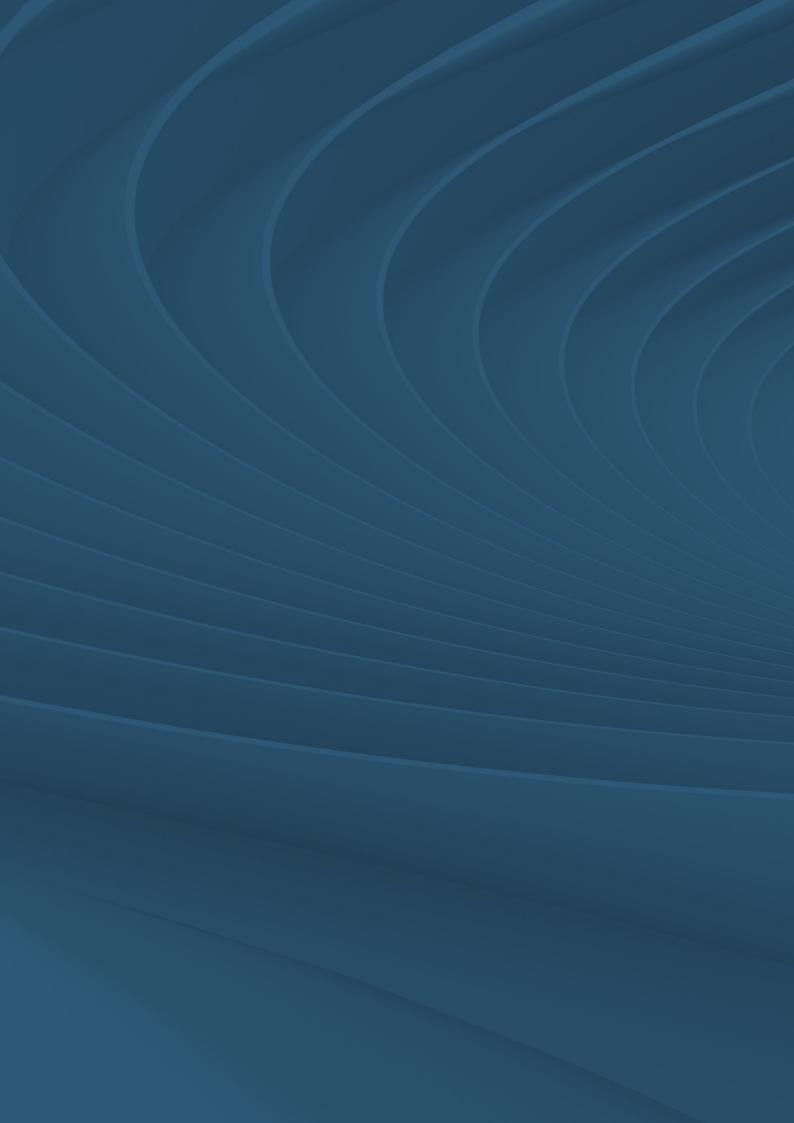


DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL







APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF – tem como objetivo promover e institucionalizara Educação Fiscal para o efetivo exercício da cidadania, visando ao constante aprimoramento da relação participativa e consciente entre o Estado e o cidadão, concorrendo para a defesa permanente das garantias constitucionais.

O Programa tem como alicerce a necessidade em compreender a função socioeconômica do tributo, da correta alocação dos recursos públicos, da estrutura e funcionamento de uma administração pública pautada por princípios éticos e da busca de estratégias e meios para o exercício do controle democrático.

A implementação do PNEF é de responsabilidade do Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – GEF, composto por representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, a quem compete definir a política e discutir, analisar, propor, monitorar e avaliar as ações do Programa.

O material pedagógico ora apresentado, composto por quatro módulos, foi elaborado com o objetivo de contribuir para a formação permanente do indivíduo, na perspectiva da maior participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos.

Você vai encontrar conteúdos relacionados aos fatos sociais, políticos e econômicos que constroem o dinamismo da história, bem como temas relacionados às novas bases de financiamento da educação básica e aos avanços promovidos pelo poder público e pela sociedade na transparência e no controle das finanças do Estado. Os temas dos módulos, você pode conferir a seguir:

Módulo 1 – Educação Fiscal no Contexto Social: aborda as diretrizes do Programa, seus objetivos e abrangência, no contexto da educação fiscal e da educação pública.

Módulo 2 – Relação Estado-Sociedade: suscita temas relativos à organização da vida em sociedade e suas implicações na garantia do estado democrático de direito e da cidadania.

Módulo 3 – Função Social dos Tributos: destaca a importância do tributo na atividade-financeira do Estado para a manutenção das políticas públicas e melhoria das condições devida do cidadão.

Módulo 4 – Gestão Democrática dos Recursos Públicos: evidencia temas relativos ao orçamento, ao compromisso social e fiscal do gestor público e ao exercício do controle social.

SUMÁRIO

3	Apresentação
7	Módulo 01 - Educação fiscal no contexto social
51	Módulo 02 - Relação Estado-Sociedade
97	Módulo 03 - Função Social dos Tributos
127	Módulo 04 - Gestão Democrática dos Recursos Públicos





Objetivos do módulo

Compreensão da educação fiscal, seus principais conceitos e sua relação com a construção da cidadania.

Objetivos de aprendizagem

- Entender o cenário brasileiro no contexto mundial contemporâneo.
- Identificar a importância da Educação na transformação social.
- Compreender a educação fiscal e sua relevância na formação da cidadania.
- Identificar conhecimentos e valores que possam contribuir para que o cidadão seja protagonista de suas ações de forma responsável, visando uma participação efetiva no controle social.

CONVITE À CIDADANIA FISCAL

Vamos iniciar este curso refletindo sobre a sociedade atual. Ela passa por um momento de transformações estruturais: globalização, formação de blocos econômicos, crises globais, crise da sustentabilidade do planeta e revolução tecnológica. Essas mudanças ocorrem com tamanha velocidade que muitas vezes a dimensão humana fica relegada a um segundo plano. Por essa razão, é necessário o repensar constante de nossas atitudes, buscando uma perspectiva mais humanizada nas práticas sociais que desenvolvemos, no sentido de possibilitar maior participação e integração efetiva dos indivíduos no contexto histórico atual.

Toda sociedade que se quer republicana (res publica = coisa pública) e democrática deve se organizar em torno de uma Constituição em que os direitos de cidadania ocupam posi-

ção nuclear como normas fundamentais a serem observadas e defendidas pelo conjunto da sociedade.

Por sua relevância, destacamos os seguintes artigos da Constituição Brasileira de 1988 (CF/88): 1º artigo, que traz os fundamentos da República os valores essenciais a serem perseguidos e conservados; e o 3º artigo, que trata dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, cruciais para a compreensão dos objetivos deste curso.

Exercer diretamente o poder popular implica participar do processo de planejamento, elaboração, controle e avaliação das políticas públicas, assumidas como objetivos fundamentais do Estado brasileiro, como prevê o art. 3º.

Esses artigos mencionados, conjugados principalmente com o **art.** 5º (direitos e deveres individuais e coletivos), **arts.** 6º e **7º** (direitos sociais) e **arts.** 194 a 232 (ordem social), consagram que o Estado Democrático de Direito deve realizar os propósitos do **Estado de bem-estar social**.



SAIBA MAIS

Estado de bem-estar social ou Estado-providência (em inglês, Welfare State): trata-se de um tipo de organização política e econômica em que o Estado desempenha um papel central na organização das atividades econômicas, objetivando assegurar elevados níveis de progresso social. Nessa orientação, o Estado é o agente regulador da vida social, política e econômica do país.

No entanto, a sociedade brasileira ainda está distante de realizar o Estado de bem-estar social preconizado na Constituição. Assim, cabe a todos nós atuarmos para assegurar que os princípios constitucionais sejam concretizados.

É nesse contexto que a Educação Fiscal se alinha a um amplo projeto educativo, com o objetivo de propiciar o bem-estar social, consequência da consciência cidadã e da construção crítica de conhecimentos específicos sobre os direitos e deveres do cidadão em busca da efetivação do princípio constitucional da dignidade humana.

Desse modo, a Educação Fiscal deve ser entendida como um instrumento de disseminação de uma nova cultura cidadã, fundada nos seguintes pressupostos:

- conscientização da função socioeconômica dos tributos;
- gestão e controle democráticos dos recursos públicos;
- vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- exercício efetivo da cidadania;
- dignidade da pessoa humana.

Esses conceitos alicerçam uma educação capaz de contribuir para a cons-



trução da cidadania, pautada pela solidariedade, ética, transparência e responsabilidade fiscal e social, em que o ser humano é superior ao Estado, contemplando reflexões sobre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a relação homem-natureza no desenvolvimento dos países.

1. Conhecendo um pouco mais sobre o Brasil e o mundo

Após tratarmos brevemente sobre algumas particularidades da Constituição Brasileira, vamos observar agora alguns pontos relevantes para o curso que dizem respeito ao sistema econômico do País e do mundo.

1.1 Compreendendo o sistema econômico atual e suas alternativas

Partindo de uma análise sobre o atual **cenário político e econômico do mundo**, podemos afirmar que:

- ▶ não obstante as diversidades culturais dos vários países, o sistema político-econômico dominante no Ocidente apresenta profundas desigualdades econômicas e sociais;
- a cena política é marcada pela luta dos interesses individuais;
- os governos, via de regra, representam os interesses do grande capital muitas vezes oligopolizado;
- o cidadão, portador de direitos e deveres, gradualmente vem se confundindo com o mero consumidor solitário de produtos;
- o princípio econômico básico é a livre competição no mercado;
- assiste-se a um esvaziamento da esfera pública, que é ocupada primordialmente na perspectiva de satisfação de interesses individuais ou de grupos.

Esse quadro é decorrente de um modelo político-econômico – o **liberalismo** – que vem sendo gestado desde o início da Modernidade, a partir do século XVI.

Estes postulados liberais são derivados das ideias de pensadores como John Locke (1632-1704), que desenvolveu raciocínio sobre a defesa da propriedade privada, e de Adam Smith (1723-1790), que escreveu sobre a "mão invisível do mercado"; esta seria representada pelo conjunto das forças naturais do mercado, que agiriam de modo a otimizar a alocação dos recursos por parte dos agentes econômicos em regime de concorrência perfeita (sem a presença de monopólios e a intervenção do Estado), o que conduziria as nações a um processo consistente de acumulação de riquezas.





Johne Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790). Fonte: SHUTTERSTOCK, 2014

A história econômica do capitalismo demonstrou, no entanto, que o regime econômico de concorrência perfeita cedeu lugar a uma crescente oligopolização dos mercados, e hoje o mundo convive com o fenômeno da globalização monopolista.

O modelo liberal, em articulação com o rápido desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo a partir da Revolução Industrial (meados do século XVIII), acarretou uma expres-



siva concentração de capital e propriedade e uma drástica desigualdade social em todo o mundo ocidental.

Em contraponto a esse quadro, a partir do século XIX floresceu na Europa um vigoroso movimento operário que, representando as classes atingidas frontalmente pelo modelo econômico-político em implantação, buscava construir a resistência e oferecer alternativas de organização da sociedade, baseadas na

igualdade e na solidariedade. Este movimento foi protagonizado sobretudo pelas correntes

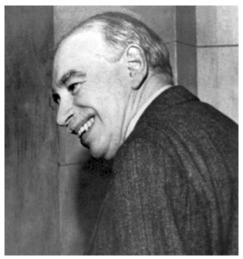
O capitalismo contemporâneo, portanto, pode ser definido como uma forma de organização econômica, social e política na qual a produção e a distribuição de bens são baseadas na propriedade privada, na competição com a finalidade de lucro.

anarquista e marxista, e teve como momentos emblemáticos dessa luta a Comuna de Paris (1871) e a Revolução Russa (1917), que estabeleceu o primeiro Estado autoproclamado socialista da História.

Com o surgimento de uma alternativa consistente ao sistema capitalista e seu modelo liberal e com a instalação de uma crise profunda a

partir de 1929, desponta a proposta de um capitalismo mais humanizado, ainda que sem abrir mão de seus pressupostos centrais – o lucro e a competição na esfera do mercado.

A crise da bolsa de valores de Nova York, em 1929, seguida da profunda recessão dos Estados Unidos, a superveniência de uma guerra de dimensões globais e a necessidade de reconstrução da Europa após 1945 propiciaram as condições para a rápida expansão das ideias de intervenção do Estado na economia, postuladas por **John M. Keynes** (1883-1946), que defendia uma participação ativa do Estado em setores da atividade econômica que, embora necessários ao desenvolvimento do país, não interessavam ou não podiam ser atendidos convenientemente pela iniciativa privada.



John Maynard Keynes (1883-1946). Fonte: WIKIPEDIA, 2014

Nesse modelo, as políticas públicas têm caráter preventivo, isto é, são planejadas e desenvolvidas para evitar consequências sociais indesejáveis. Por essa razão, tais políticas são

A teoria keynesiana fundamentou a implantação do Estado de bem-estar Social nos países centrais do sistema capitalista.

anticíclicas (reduzem os efeitos da crise) e emancipatórias (geram condições para a autonomia dos cidadãos), como a política educacional. Desta forma, contrastam com as políticas sociais compensatórias que objetivam apenas atuar sobre as consequências da pobreza, como a distribuição de alimentos.

Os 30 anos que se seguiram após a Segunda Grande Guerra (1939-1945) foram considerados os "anos dourados do capitalismo", com elevados níveis de crescimento econômico acompanhados de melhor distribuição de renda nos países do primeiro mundo, fundamentados nas premissas do Estado de bem-estar social. No entanto, as crises do petróleo ocorridas em 1973 e 1979 e o colapso da experiência socialista da União Soviética e dos países sob sua influência, no fim da década de 1980, fortaleceram novamente a ideologia liberal, a partir do chamado Consenso de Washington (1989). Por isso, popularizou-se a expressão neoliberalismo, que é a retomada das ideias liberais.

O **Consenso de Washington** aperfeiçoou as estratégias de controle e concentração do capital. Os governantes dos países ricos, atualmente, discutem suas estratégias no chamado Fórum Econômico Mundial (fundado em 1971) que acontece anualmente na cidade de Davos, na Suíça.



SAIBA MAIS

Consenso de Washington – designa um conjunto de medidas econômicas, formulado em novembro de 1989, por economistas de instituições financeiras sediadas em Washington (FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro Americano), consubstanciadas em texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou o receituário oficial do FMI na década de 1990, destinado a promover ajustes fiscais em países endividados e com problemas em seus balanços de pagamentos.

Para finalizar este breve histórico da situação mundial, há duas observações finais:

 a) a primeira diz respeito à mais recente crise do sistema capitalista, iniciada em 2008. A maioria dos analistas concorda que a atual crise foi motivada pela desregulamentação

- financeira, provocada pela natureza intrinsecamente especulativa do capital muitas vezes fictício que vem se impondo no capitalismo contemporâneo;
- b) a segunda refere-se a uma novidade positiva nos países pobres, do chamado Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina e na Ásia. Esses países, que historicamente conduziam suas políticas de forma subordinada aos países ricos, vêm emancipando-se, política e economicamente, desde meados dos anos 1990. Essa dinâmica promete ainda inúmeros desdobramentos e vem alterando o eixo geopolítico do mundo, especialmente com a entrada do G-20 no seleto grupo de players globais.



SAIBA MAIS

O termo *global player*, em sua tradução literal significa "jogador global". A expressão está ligada ao peso que empresas ou países possuem na esfera internacional. O termo tem sido utilizado, em tempos de globalização acelerada, para adjetivar empresas ou países que são protagonistas no mercado global. Fonte: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Ciro-Marques-Reis.pdf

1.2 Do Liberalismo ao Neoliberalismo



No período de 1888 a 1930, o que prevaleceu em nosso País foi uma total informalidade no mercado de trabalho. Não existiam as leis trabalhistas e os contratos coletivos de trabalho reconhecidos pelo patronato. Nem mesmo o contrato de prestação de serviços, previsto no código civil era respeitado. A admissão às condições de trabalho e a demissão eram acerta-

das oralmente, não tendo o trabalhador garantias no emprego.

A rigor, em todo o período da República Velha, foram aprovadas quatro leis trabalhistas que versavam sobre o trabalho de menores, das mulheres, sobre acidente de trabalho e uma outra, sancionada em 1926, mandando conceder 15 dias de férias para uma parte dos trabalhadores.

Essas leis tinham alcance limitado e acabavam virando letra morta, na medida em que eram descumpridas amplamente pelos patrões. Como não existia nenhum organismo estatal para

supervisionar a questão trabalhista, os conflitos trabalhistas caíam na jurisdição do código penal, ou seja, eram tratados como simples casos de polícia.

Desde o final do século XIX, e particularmente no início do século XX, os trabalhadores resistiram ao privatismo econômico e social e realizaram dezenas de mobilizações e greves. Foram greves por categoria, greves gerais e estaduais e interestaduais, com destaque para a que aconteceu em São Paulo, em 1917. Tudo isso aconteceu numa conjuntura dificílima, em que eram negadas as mais elementares liberdades democráticas, em que os sindicatos eram constantemente invadidos e fechados e os dirigentes



presos e deportados. Fruto dessa mobilização e de mudanças na conjuntura internacional, foi aprovada, em 1926, uma Emenda à Constituição de 1891 que conferiu ao Congresso Nacional competência para "legislar sobre o trabalho e sobre licenças e aposentadorias". Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho e em 1943 foi editada a Consolidação dos Leis do Trabalho, um marco na regulamentação das relações trabalhistas no Brasil.

No plano externo, dois episódios no mundo marcaram profundamente a vida social brasileira. O primeiro foi a Revolução Russa, que propugnava por uma transformação radical na sociedade, de caráter socialista, com forte influência em muitos países, inclusive no Brasil. O segundo foi o Tratado de Versalhes, de 1919, que o nosso País foi levado a subscrever por pressão das principais nações capitalistas e pelo qual assumiu compromissos com maior regulamentação do trabalho e se associou à recém-criada Organização Internacional do Trabalho (OIT).

1.3 O Brasil Contemporâneo e seus desafios

Em economia, **crescimento econômico não é necessariamente sinônimo de distribuição de renda**, podendo, inclusive, ocorrer o inverso (maior produção de riqueza e maior concentração de renda e desigualdade).

O Brasil é um país rico, o que nos coloca entre as dez maiores economias do planeta. Entretanto, ainda não fomos capazes de distribuir essa riqueza de forma justa, beneficiando o conjunto da sociedade.

Segundo o levantamento realizado para Fundação Getúlio Vargas (2011), na última década, a desigualdade no Brasil chegou ao nível mínimo já registrado no País, e a renda da metade mais pobre da população aumentou em ritmo 5,5 vezes mais rápido que a da minoria mais rica do País.

De acordo com o pesquisador Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da FGV, a renda dos 50% mais pobres no Brasil cresceu 67,93% ao longo da última década (dezembro de 2000 a dezembro de 2010), enquanto a renda dos 10% mais ricos teve incremento de 10,03%.

É como se os pobres estivessem num país que cresce como a China, enquanto os mais ricos estão em um país relativamente estagnado", compara Neri (2011). Segundo o pesquisador, os principais efeitos por trás da redução da desigualdade são, em primeiro lugar, o aumento da escolaridade, e em segundo, programas sociais de redistribuição de renda.



Para Neri (2011), não houve estatística documentada na história brasileira, desde 1960 – nada igual à redução da desigualdade de renda que se observou desde 2001. Ele compara a queda ao aumento da desigualdade nos anos 1960 que colocou o Brasil no imaginário internacional como a terra da iniquidade fiscal. Nos anos de 2001 a 2009, a renda dos 10% mais pobres cresceu 440% mais que a dos 10% mais ricos. Diz o autor:

Nos últimos 12 meses terminados em outubro de 2010 captamos mesmo movimento pela PME, perfazendo 10 anos consecutivos de queda do Índice de Gini [indicador que mede a desigualdade de renda]. Se a década de 90 foi a da estabilização da economia, a de 00 foi a da redução de desigualdade de renda. (NERI, 2011, p. 46).

PRINCIPAIS PROBLEMAS A SEREM SUPERADOS PELO PAÍS	DIRETRIZES ESTRATÉGICAS A SEREM PERSEGUIDAS DENTRO DE UMA VISÃO DE FUTURO PARA O BRASIL			
Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e de raça, com concentração de renda e riqueza, e parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria; diminuição da mobilidade social.	Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidade de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas, e vigorosa mobilidade social ascendente.			
Dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado interno potencial, suportar concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados.	Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, desenvolvendo novos produtos e mercados e com participação relevante na economia internacional.			
Infraestrutura logística degradada, não competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais.	Ter infraestrutura logística eficiente e com- petitiva, integradora do território, da econo- mia e da sociedade nacionais.			
Inexistência de sistema nacional público/pri- vado eficaz de financiamento do investimento, estrutura tributária irracional, regressiva e pena- lizadora da produção e do trabalho.	Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego.			
Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixa capacidade reguladora – fiscalizadora.	Instaurar a segurança pública, a paz social, um sistema judicial transparente, ágil e democrático, e um Estado que regule e fiscalize a contento.			
Baixa capacidade operativa do Estado, difi- culdade para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais profundos, insustenta- bilidade da gestão de recursos naturais.	Desenvolver um aparato estatal que opere eficiente e eficazmente, um pacto federativo competente para lidar com conflitos, com equilíbrio entre regiões, e capacidade de manejar recursos naturais de forma sustentável.			

Fonte: Tapia (2007).

1.3.1 A questão ambiental e os objetivos do milênio

As alterações que o homem provocou no meio ambiente estão mudando abruptamente o clima do planeta e ameaçando comprometer o próprio futuro da humanidade. Alguns autores atribuem a mudança de paradigmas na relação homem-natureza ao início do Renascimento, com o antropocentrismo, passando pela Revolução Industrial, pelo Liberalismo, culminando no século XX com a exploração desenfreada dos recursos naturais. Temos nos posicionado como saqueadores dos recursos naturais, encarando-os como ilimitados,



a partir de uma visão antropocêntrica, desconsiderando as biodiversidades do planeta e as relações interdependentes como parte do todo.



SAIBA MAIS

Tal exploração levou a reflexões importantes, como as que ocorreram na Conferência de Estocolmo, na "Rio-92" e no Protocolo de Kyoto, e, mais recentemente, na "Rio +20".

2. Os efeitos sociais da educação

Após esta retrospectiva panorâmica sobre a história político econômica do Brasil e do mundo, vamos agora conhecer alguns aspectos, também cronológicos, mas sob o viés social da educação.

2.1 Breve retrospectiva

Em sociedades menos urbanizadas e estruturalmente mais simples, a educação de que o indivíduo necessitava era adquirida no convívio com a própria família e com a comunidade: os costumes, os hábitos, os conhecimentos, as crenças, as habilidades, a organização social e do trabalho eram passados pela interação entre os sujeitos, por meio da troca de experiência direta de geração a geração. Porém, com a crescente complexificação das estruturas sociais ao longo dos séculos, foi necessária a criação de instituições que de-



veriam se responsabilizar por dar continuidade à produção de conhecimentos construídos e repassá-los às novas gerações.

Considerando que a educação é a base de construção de novos conhecimentos, propiciando transformações nos indivíduos e na sociedade, a formação do homem moderno precisa ser bem mais ampla do que apenas promover a assimilação de conhecimentos acadêmicos ou familiares; ou seja, a educação constitutiva da formação individual reflete-se no âmbito social, no qual exerce e sofre influência. Somente quando se preparam para atuar como cidadãos, os indivíduos conquistam as transformações sociais necessárias e desejadas.

Em "Os códigos da Modernidade", Toro (1997) descreve as capacidades e competências mínimas para a participação produtiva no século XXI, quer no âmbito individual, quer no coletivo.

- a) Domínio da leitura e da escrita.
- b) Capacidade de fazer cálculos e resolver problemas.
- c) Capacidade de analisar, de sintetizar e interpretar dados, fatos e situações.
- d) Capacidade de compreender e atuar em seu entorno social.
- e) Converter problemas em oportunidades.
- f) Organizar-se para defender os interesses da coletividade e solucionar problemas por meio do diálogo e da negociação, respeitando as regras, as leis e as normas estabelecidas.
- g) Criar unidade de propósitos a partir da diversidade e da diferença, sem jamais confundir unidade com uniformidade.

- h) Atuar para fazer da nação um Estado social de direito, isto é, trabalhar para tornar possível o respeito aos direitos humanos.
- i) Ser crítico com a informação que lhe chega.
- j) Ter capacidade para localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada.
- k) Ter capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo.

O filósofo francês Edgar Morin, um dos maiores pensadores da cultura no século XX, recebeu da Unesco a incumbência de sistematizar reflexões que servissem como ponto inicial para se repensar a educação do século XXI e os concentrou em **sete eixos imprescindíveis**. Ele aborda temas fundamentais, por vezes ignorados nos debates sobre a política educacional. Focando os desafios e as incertezas dos tempos atuais, suscita uma revisão de práticas pedagógicas. Acompanhe:

SABER 1 – Combater as cegueiras do conhecimento

A educação, que visa transmitir conhecimentos, é cega ao que seja o conhecimento humano, seus dispositivos, dificuldades, suas tendências ao erro e à ilusão. O conhecimento, do modo como conhecemos, serviria de preparação para enfrentar os riscos permanentes de erro e de ilusão, que não cessam de parasitar a mente humana.

SABER 2 - Conhecimento pertinente

Deve-se promover o conhecimento capaz de aprender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais. O conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede frequentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade. Este é o problema universal de todo cidadão do novo milênio: como ter acesso às informações e organizá-las? Como perceber e conceber o contexto, o global (relação todo/partes), o multidimensional e o complexo?

SABER 3 - A condição humana

O ser humano é a um só tempo, físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa na natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. É preciso restaurá-la, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos. Desse modo, a condição humana deveria ser o objeto essencial de todo o ensino.

SABER 4 - A identidade terrena

A história da era planetária inicia-se com o estabelecimento da comunicação entre todos os continentes no século XVI.

Desta forma, todas as partes do mundo se tornaram solidárias, no entanto, isso não impediu as opressões e a dominação que devastaram a humanidade e ainda não desapareceram. Eis a crise do século XXI: todos os seres humanos, confrontados de agora em diante aos mesmos problemas de vida e de morte, partilham um destino comum.

SABER 5 - Enfrentar as incertezas

A fórmula do poeta grego eurípedes, que data de vinte e cinco séculos, nunca foi tão atual: "o esperado não se cumpre, e ao inesperado um deus abre o caminho". O abandono das concepções deterministas da história humana que acreditavam poder predizer nosso futuro, o estudo dos grandes acontecimentos e desastres de nosso século, todos inesperados, o caráter desconhecido da aventura humana devem-nos incitar a preparar as mentes para esperar o inesperado, para enfrentá-lo.

SABER 6 - A compreensão



Há múltiplos obstáculos exteriores à compreensão intelectual:

- O "ruído" que interfere na transmissão da informação, criando o mal-entendido e ou não entendido; a polissemia de uma noção que, enunciada em um sentido, é entendida de outra forma;
- há a ignorância dos ritos e costumes do outro, especialmente os ritos de cortesia, o que pode levar a se ofender inconscientemente ou desqualificar a si mesmo perante o outro (diversidade cultural);
- existe a incompreensão dos valores imperativos propagados no seio de outra cultura respeito aos idosos, crenças religiosas, obediência incondicional das crianças, ou, ao contrário, nossa sociedade, o culto ao indivíduo e o respeito às liberdades;
- há a incompreensão dos imperativos éticos próprios a uma cultura.

SABER 7 – A ética do gênero humano



Há duas grandes finalidades ético-políticas do novo milênio: estabelecer uma relação de controle mútuo entre a sociedade e os indivíduos pela democracia e conceber a humanidade como comunidade planetária. A educação deve contri-

buir não somente para a tomada de consciência de nossa "terra-pátria", mas também permitir que esta consciência se traduza em vontade de realizar a cidadania terrena.

Para Morin (2001), a chave para um futuro melhor passa pela educação capaz de promover a "hominização na humanização", o acesso à cidadania pela compreensão de si mesmo e das inter-relações entre tudo o que existe.

2.2 O papel da educação na transformação da sociedade

Podemos refletir sobre a importância de uma educação de boa qualidade para a formação do indivíduo, não apenas uma escolarização que ensine a decodificar letras, mas que lhe permita compreender seu contexto, interpretar efetivamente aquilo que lê e ouve cotidianamente, nos textos impressos e na sua realidade. Desta forma, o sujeito, a comunidade e a sociedade tornam-se os protagonistas de suas histórias, aprendendo a intervir adequadamente para a construção de seus projetos de vida. Engajados, os cidadãos criam um "círculo virtuoso" em que reivindicam, buscam e consolidam uma gestão democrática, capaz de intervir positivamente na melhoria da qualidade da vida em sociedade.

Sabemos que o espaço da sala de aula não é o único lugar onde se constrói o conhecimento e se aprende sobre cidadania, por isso é preciso criar espaços alternativos (em que se possa pesquisar e produzir conhecimentos), aproveitar os espaços existentes (como as organizações civis – ex: grêmios, associações de bairro, entre outras; bibliotecas públicas e salas de leituras, museus etc.) – a participação nestas interfere favoravelmente na **forma-**



ção cidadã dos indivíduos, pois estimula o gosto pelo trabalho coletivo, a partilha de ideias, o respeito mútuo, o diálogo, o acesso à informação qualificada, contribuindo para fortalecer a prática democrática.

Toda escola insere-se dentro de uma comunidade, fazendo parte dela e sendo constituída por esta mesma comunidade. A leitura do mundo que precede a leitura da escrita é a leitura do mundo onde se está, onde se vive. Essa leitura inicia-se com o processo

individual e coletivo de leitura do seu entorno, compreendo-o e discutindo o universo local em que a escola está inserida. Nesse contexto, o entorno da escola é parte fundamental no exercício desses olhares, assim como a comunidade que ali habita. Podemos investigar a **prestação de serviços públicos** no entorno da escola.

TOME NOTA

Podemos investigar a prestação de serviços públicos no entorno da escola, seguem algumas sugestões.

- 1. Há saneamento básico no entorno da escola? Sistema de esgoto? Acesso à água tratada? Observando que esses aspectos impactam diretamente na saúde preventiva da comunidade.
- 2. Há postos de saúde na comunidade? Caso haja, qual a avaliação da comunidade quanto à qualidade da prestação do serviço?
- 3. O entorno da escola é suficientemente arborizado? Existe algum rio, córrego, fonte de água natural no entorno? Caso haja, como está sendo tratado?
- 4. Há terrenos baldios que têm funcionado como depósitos de lixo e matos? Isso possibilita a proliferação de insetos e ratos, impactando diretamente na saúde da comunidade local.
- 5. Há iluminação pública suficiente no entorno da escola? Caso não haja, qual a incidência de crimes (assalto, estupros, consumo de drogas) cometidos no seu entorno?
- 6. Há postos de segurança pública no entorno da escola? Caso haja, como acontece a interação da segurança pública com a comunidade local?
- 7. A comunidade dispõe de creches para acolher suas crianças?
- 8. Há áreas de lazer no entorno da escola, como quadras de esportes, praças arborizadas?
- 9. Há transporte público disponível no entorno da escola?

2.2.1 A educação e a cultura

É preciso despertar no cidadão o respeito ao patrimônio público e à cultura local, por meio da observação e da visita a espaços histórico-culturais, da descoberta e do entendimento



dos grupos sociais ali atuantes, de entrevistas com os mais velhos e com as lideranças locais acerca da cultura popular, da verificação da presença ou ausência de ações do governo na comunidade: esse olhar crítico estabelece uma relação dialética entre o aprender os conteúdos a estudar e o ato político de educar.

Como se pode perceber, bons resultados são verificados quando há um relacionamento pró-

ximo e efetivo entre a família e a escola, além de um sentimento de responsabilização de toda a equipe pedagógica da escola e investimento na qualificação profissional. As escolas públicas de qualidade não inventaram estratégias mirabolantes, mas fazem bem o que se

espera: investir nas competências de leitura e escrita, propiciar um clima escolar de respeito, compartilhamento, interesse e participação.

Conforme proposta do relatório "Educação: um tesouro a descobrir", feito por uma equipe multidisciplinar, diz que o conhecimento não pode ser priorizado em detrimento das demais dimensões de uma formação global do indivíduo; e, embora não seja o único, a escola é um espaço privilegiado para aprender a conviver, a ser, a fazer, a conhecer.

Diferentemente de décadas atrás, em que se valorizava a memorização de saberes, dados e/ ou fatos históricos (perspectiva tecnicista da década de 1970), hoje se investe num processo de aprendizagem que se caracteriza pelo acesso e pela possibilidade de (re)construção de saberes das diversas áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar e de trabalho em equipe, o que pressupõe que o indivíduo aprenda a aprender continuamente, exercitando suas múltiplas habilidades, com vistas a uma análise histórica e crítica dos conhecimentos construídos.

Já o aprender a fazer supõe a aquisição de competências que propiciem ao indivíduo enfrentar as variadas situações no âmbito social e de trabalho. Essas situações de convivên-



cia nos diferentes ambientes, sejam no trabalho, na família e/ou na comunidade, implicam a descoberta do outro e o exercício do respeito. E, nessa relação interpessoal, o sujeito faz a sua descoberta interior; percebe-se como um ser holístico (global), sensível, inteligente, autônomo e capaz de formular seus próprios juízos de valor de forma crítica. Essa é uma dimensão fundamental: a do aprender a ser!

Considerar as formas de organização do conhecimento escolar atual como um desafio meramente técnico e voltado para o simples procedimento metodológico e, portanto, sem acepção humanitária não resolve a questão fundamental da educação de hoje, que é orientar para as transformações e promoção da inclusão social.

É fundamental considerar a cultura popular e o multiculturalismo como constitutivos do que/ de quem somos (num país como o Brasil, tão multifacetado, essa postura é crucial para suscitar o respeito às diferenças, sem considerá-las sob a ótica da deficiência).

Dessa forma valorizaremos as experiências coletivas, percebendo nelas a raiz e o sentido da vida democrática, da escuta da multiplicidade de discursos que se fazem ouvir (implícita ou explicitamente) nas várias instâncias em que transitamos.

É importante perceber que a realidade é constituída de uma série de entrelaça-

mentos (políticos, econômicos, históricos, sociológicos etc.), que não só a tornam mais complexa, mas também nos levam a nos perceber imbricados nesta complexidade do entorno.

Também é necessário reconhecer os limites e as potencialidades dos atores do processo educativo e, de forma solidária, investir para superar as dificuldades constatadas. É imprescindível que a escola trabalhe com as múltiplas linguagens (como a linguagem do cinema, de tevê, rádio, jogos, informática), além da linguagem escrita já presente em seu cotidiano, assim como a realidade social ao seu redor.

A pluralidade na linguagem oral dos usuários da língua materna, os diferentes falares, mostram a riqueza linguística das várias regiões, sem hierarquização geográfica dessas falas. Tratando a diferença como tal e não como deficiência, a postura respeitosa pode ampliar-se para outros âmbitos da convivência social – como o respeito ao outro e a sua orientação sexual, a suas características fenotípicas, como se vestem, que tipo de humor lhes é mais constante, enfim, o respeito à pluralidade de traços humanos e culturais daqueles com os quais convivemos próxima ou distanciadamente.

Somos livres quando usamos a razão, a escrita, a tecnologia, numa prática docente ideológica e humanamente comprometida com o nosso povo e pautada pelo respeito. A vivência democrática da cultura não está na simples divulgação de uma cultura já pronta e acabada. É preciso ampliar o olhar para nosso patrimônio cultural em seus múltiplos aspectos, resgatando a memória coletiva e a heterogeneidade cultural.





O saber e a memória nacional estão preservados nos museus, nos livros, nas obras de arte, nos monumentos e nos arquivos; segundo Pierre Nora (1976), nos chamados "lugares de memória". Esse saber precisa ser apropriado e articulado com um projeto de valorização das nossas raízes, com um projeto educacional que enalteça o lugar onde estamos e como somos.

É preciso trabalhar o reconhecimento cultural local e sua diversidade: conhecer o artista local, sua obra, a linguagem que utiliza em sua arte, o caminho histórico-social por ele percorrido, os espaços populares onde se produz cultura, incluindo também o patrimônio cultural arquitetônico.

*

IMPORTANTE

Aprender é a profunda competência de desenhar o destino próprio, de inventarse como sujeito crítico e criativo, dentro das circunstâncias dadas e sempre com sentido solidário (DEMO, 2000). Aprender é trabalhar com inteligência as incertezas, logo o aprender pertence ao educador, ao educando e a todos que, com inteligência, desafiam as incertezas e procuram soluções para os problemas surgidos.

Como a pessoa aprende reconstruindo o conhecimento ora individualmente, ora de forma coletiva, justifica-se que a escola deva propor alguns desafios a serem resolvidos indivi-



dualmente e outros, coletivamente. É preciso haver material de pesquisa, espaço de discussão, pois resolver problemas é mais saber enfrentá-los do que se desvencilhar deles.

Os diferentes espaços culturais e sociais da comunidade onde a escola está inserida têm uma história, abrigam alguns líderes, acolhem a população, servem como pontos de referência folclórica, possuem identidade histórica e uma identidade cultural. Aprender sobre esses espaços fazendo

uso deles é desenvolver atividades socioeducativas; é reescrever a história local do ponto de vista do aluno pesquisador; é trabalhar a cultura popular partindo da releitura de um monumento ou uma edificação já considerada como patrimônio cultural.

São atividades socioeducativas relevantes nesse processo de autoconhecimento e conhecimento do seu entorno: fotografar, desenhar, construir maquetes, mapear, filmar, gravar depoimentos, coletar dados estatísticos, participar de vídeo, fórum, de leitura dramatizada de autores nacionais com temáticas escolhidas pelo próprio grupo, e produzir e encenar textos a partir de questões sociais locais, nacionais ou internacionais. Além disso, cabe à escola programar atividades produtivas e significativas que proporcionem alegria e prazer de aprender; que aliem trabalho e lazer, teoria e ação, que produzam o conhecimento crítico da história das relações dos homens entre si e destes com a natureza, tornando possível a transformação da realidade.

Essa prática, como procedimento educacional frequente, é saudável como exercício de cidadania, porque constitui-se numa prática educacional que leva a escola para fora de si mesma e de seus muros e permite que alunos e professores rememorem a vida local e despertem o respeito à cultura,

ampliem o gosto pelas tradições locais, revelando as ligações entre as vivências de criação e fruição artístico-cultural e as de cunho sociopolítico, todas interdependentes.

2.2.2 Educação no espaço escolar



É papel da escola instrumentalizar os educandos, de forma apropriada, com os saberes e valores social e culturalmente necessários, a fim de que continuem aperfeiçoando-se sempre, seja na dimensão cognitiva, seja nas demais – social, ética, moral, relacional. Também compete a ela despertar nesses aprendizes valores e referências que os ajudem a não submergir nas ondas de informações, nos modismos que invadem espaços públicos e privados e ditam regras muitas vezes tão tiranas quanto efêmeras; que os ajudem

a encontrar parâmetros e competências para que possam desenvolver-se individual e socialmente, sendo capazes de planejar e desenvolver projetos nestes dois âmbitos de sua existência. Uma educação crítica e questionadora reflete-se diretamente na vida das pessoas e da sociedade, pois leva ao conhecimento dos princípios que fundamentam as práticas sociais e o respeito às normas democráticas. Além disso, reafirma os valores culturais e artísticos, sejam eles locais, regionais ou nacionais e possibilita o resgate da dignidade humana por meio de novos saberes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e Superior vigentes orientam que as práticas educacionais respeitem as variedades curriculares existentes e que as ações pedagógicas sejam norteadas pelos seguintes princípios:

- a) **princípio ético:** da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- princípio estético: da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais;
- c) princípio político: dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

A Constituição Federal, no artigo 208, reconhece a importância da educação escolar para além do Ensino Fundamental e determina a obrigatoriedade da educação básica e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988). Esse é o espaço para que crianças e adolescentes aumentem a capacidade de discernimento e criticidade, entendendo criticidade como o estímulo à dúvida construtiva e à análise de padrões em que direitos e deveres devam ser considerados na formulação de julgamentos.

Por tudo isso, as escolas devem estabelecer o vínculo das relações interpessoais com sua comunidade local, regional e planetária. Os alunos, assim, estarão constituindo suas identidades como cidadãos capazes de ser protagonistas de suas ações de forma responsável, solidária e autônoma. Poderão, então, efetuar suas escolhas, entre tantas possibilidades

que o contexto escolar e social oferece, podendo optar por aquelas que propiciem o crescimento pessoal e do grupo.

Dessa forma, no momento em que o professor se conscientizar de que também é sujeito crítico e participativo do processo educativo, ele próprio irá em busca da sua capacitação, mas, em contrapartida, será um sujeito mais exigente no que se refere ao apoio da instituição e do Estado.

A vivência dos princípios ético, estético e político na educação escolar constituem mecanismos de formação de hábitos e atitudes coletivas, os quais estimulam crianças, jovens e adultos a participarem de movimentos sociais que buscam uma vida mais justa e solidária para o resgate da dignidade humana.

Convivendo com essa prática educativa e, ainda, fundamentada em conteúdos que privilegiam os referidos princípios, a Educação Fiscal propiciará o exercício da cidadania por meio da sensibilização para a real função socioeconômica do tributo, em prol do controle social da aplicação dos recursos públicos.

3. Qual a importância da educação na formação do cidadão?

Neste momento vamos perceber como é importante a educação na formação no processo de cidadania, ou seja, despertando consciência através de práticas autônomas como a participação do controle social e do conhecimento da legislação vigente. Acompanhe!

3.1 Autonomia, participação e controle social

A história revela que a espécie humana tem capacidade de reverter suas próprias mazelas. Uma das mais sublimes, profícuas e duradouras formas de modificar essa realidade é, sem dúvida, a educação. Uma educação capaz de contribuir para a formação de uma nova ética planetária em que o humano e tudo o que é vivo se sobreponham à exploração irracional do capital.

Para Gadotti (1999), educar significa formar para a autonomia, isto é, para se autogovernar. Um processo educacional somente será verdadeiramente autônomo e libertador se for capaz de preparar cidadãos críticos, dotados das condições que lhes permitam entender os contextos históricos, sociais e econômicos em que estão inseridos.

Vemos, então, que educar é preparar para o exercício da liberdade individual e social. A missão da escola, em decorrência, não pode ser transmitir um mero acervo de saberes (ainda que social e culturalmente validados), mas fomentar "o usufruto dos bens sociais e culturais", alargando as possibilidades de o indivíduo se reconhecer simultaneamente como consumidor e produtor de valores, crenças, conhecimentos, tecnologias, artes, ciências, entre outros.

Nosso tempo requer a formação desse novo cidadão consciente, sensível e responsável, que pense global e aja localmente, sendo capaz de intervir e modificar a realidade social exclu-

dente a partir de sua comunidade, tornando-se, assim, sujeito da sua própria história. A escola tem papel fundamental na organização coletiva do seu entorno, na leitura e na reflexão sobre os problemas cotidianos que afetam a comunidade escolar, visando educar para a autonomia.

Hoje, vivemos uma crise do sistema representativo em todo o mundo e particularmente no Brasil. Por isso, para aperfeiçoarmos nossa democracia, torna-se fundamental fortalecermos o sistema de participação popular por meio da manifestação direta da vontade do cidadão. Para isso, a Constituição instituiu a figura dos Conselhos de Políticas Públi-

cas, preconizados pelo art. 1º, parágrafo único da Constituição, combinado com diversos dispositivos que compõem a Ordem Social (arts. 194 a 232 da CF/88), criados por diplomas legais que regulamentam a Constituição, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a Lei Orgânica da Assistência Social, entre outros.

Os conselhos são instituições paritárias, isto é, metade de seus representantes, pelo menos, é eleita pela comunidade, e a outra metade, nomeada pelo Poder Público. Exercem a função de monitorar e avaliar o alcance dos objetivos preconizados pelas políticas governamentais. São fundamentais para combater a malversação e o uso irracional dos recursos públicos, um dos objetivos centrais do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF).

Atuam em diferentes campos da vida em sociedade, executando e controlando políticas essenciais à promoção da cidadania. Estão organizados em todo o território nacional e devem estar constituídos nos três níveis de governo, isto é, federal, estadual ou municipal. Suas atribuições encontram-se previstas em legislação específica.



As reuniões dos conselhos são públicas e a pauta deve ser divulgada com antecedência para permitir a participação de todos os interessados. Conheça os conselhos de seu município e acompanhe a aplicação de recursos públicos por eles geridos. Se você for educador, estimule a participação de seus alunos e convide representantes dos conselhos constituídos em sua cidade para expor em sua escola quais as diretrizes definidas e como a comunidade

pode colaborar com sua implantação.

Caso o seu município não tenha conselhos, organize sua comunidade e atue junto aos Poderes Executivo e Legislativo para que sejam criados, observada a legislação nacional. A inexistência de alguns desses conselhos impede o repasse de recursos do governo federal para estados e municípios.

Um exercício pode ser iniciado, por exemplo, com o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos destinados à própria área de educação (Fundeb, merenda escolar, dinheiro direto na escola). Nesse contexto, é imprescindível que o cidadão compreenda o papel do Estado, seu financiamento e sua função social, o que lhe proporcionará o domínio dos instrumentos de participação popular e controle do gasto público. Com o que já estudamos até aqui você pode concluir que a visão do cidadão como agente transformador da realidade social pressupõe o domínio dos conceitos de Educação Fiscal.

A respeito do papel da educação na promoção das políticas sociais recomenda-se a leitura do texto do Radar Social (IPEA- 2006).

A Participação Popular e o Controle Social serão aprofundados no módulo 4 deste curso.

3.2 As Leis e a garantia ao acesso e à qualidade de ensino

O projeto de lei que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020 estabelece em seu art. 2º as seguintes diretrizes:

- I erradicação do analfabetismo;
- II universalização do atendimento escolar;
- III superação das desigualdades educacionais;
- IV melhoria da qualidade do ensino;
- V formação para o trabalho;
- VI promoção da sustentabilidade socioambiental;
- VII promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- IX valorização dos profissionais da educação; e
- X difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação (BRASIL, 1988).



Para a consecução de tais diretrizes, o projeto do novo PNE estabelece 20 metas que são expostas conforme você pode ver a seguir.

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de Educação Infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

Meta 6: Oferecer Educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de Educação Básica.

Meta 7: Atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - (Ideb):

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB								
Anos	2011	2013	2015	2017	2019	2021		
Anos iniciais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0		
Anos finais do ensino fundamental	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5		
Ensino médio	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2		

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação profissional nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Meta 11: Duplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 13: Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de Educação Superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de60 mil mestres e 25 mil doutores.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar 50% dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Meta 17: Valorizar o magistério público da Educação Básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Meta 20: Ampliar progressivamente o investimento público em Educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do País (PNE, 2011).

Esse documento, diferentemente do anterior (PNE 2000/2010), traz apenas 20 metas que, embora ambiciosas, têm possibilidade de ser executadas, pois o documento prevê, ao lado de cada meta, as estratégias a serem adotadas. São consideradas "metas multidimensionais", por envolverem esforços de diversos setores do governo, e a inclusão das estratégias visa permitir à sociedade maior transparência na reivindicação de seu cumprimento ao poder público.

4. Cultura dos tributos: mudar é preciso

Conversamos até aqui sobre a importância da educação e a legislação que ampara o exercício da cidadania; vamos agora conversar sobre a questão dos tributos e a cultura que temos sobre a contribuição em nosso país. Vamos lá?

4.1 Conheça Educação Fiscal

Segundo Pedro Demo (2000), "participação é conquista social". A Educação Fiscal é uma ponte que nos liga a essa fonte de saber, uma porta que se abre para a construção de um processo de participação popular.

Ao longo deste estudo, continuaremos conversando sobre a educação para a cidadania, respeitando as multiplicidades culturais e étnicas, refletindo sobre as possibilidades de formação integral do ser humano, inserido em um contexto histórico.

Examinaremos o papel econômico e social do **sistema tributário** e dos orçamentos públicos, com o objetivo de demonstrar que todos pagamos tributo e, em contrapartida, temos o direito de participar do processo decisório de alocação do gasto público.

No Brasil, a crescente participação popular no processo orçamentário revela uma alternativa de democracia participativa.

Dentro dessa ótica, muito tem sido feito com base na Constituição Federal de 1988, que tem como fundamentos a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; o combate à pobreza e à exclusão social. Mas muito ainda precisa ser feito para que possamos dar efetividade os objetivos constitucionais que norteiam a chamada cidadania fiscal.

Para alcançar esses objetivos, é indispensável que se tenha:

- a) educação de qualidade acessível a todos;
- b) um sistema tributário que seja capaz de tributar segundo a capacidade econômica de cada cidadão. Quem tem mais renda, maior patrimônio ou consome produtos de luxo/ supérfluos deve pagar mais tributos; e
- c) um processo orçamentário que garanta a efetiva participação popular. Portanto, é necessário democratizar as informações sobre finanças públicas, propiciando o acompanhamento e o controle do gasto público. Dessa forma, assegura-se que os tributos arrecadados sejam efetivamente aplicados conforme as prioridades da população.

No momento em que o indivíduo passa a perceber a dinâmica e a importância desses processos para sua vida, há grande possibilidade de mudança de paradigma. Fica mais explícito que o **tributo** é a contribuição de todos para construirmos uma sociedade mais justa, o que só será possível com o controle popular do gasto público. Essa consciência estimula a mudança de comportamento em relação a sonegar e malversar recursos públicos, atos que passam a ser repudiados como crimes sociais, uma vez que retiram dos cidadãos que mais dependem do Estado as condições mínimas para que tenham dignidade e esperança de construir seu futuro com autonomia e liberdade.



Assim, o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) é construído pelas mãos de todos, a partir da nossa visão de mundo e da participação consciente no contexto das relações humanas, sociais, econômicas, em que cada um é sujeito da sua história e da história coletiva. Sabemos que a construção de uma nação livre, justa e solidária depende de nossa participação consciente.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 07/2010, que dispõe sobre os componentes curriculares, consagra em seu art. 16 a educação fiscal como um dos temas relevantes para a formação cidadã dos educandos, devendo compor os conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

4.1.1 Antecedentes

Historicamente, a relação entre Fisco e sociedade foi pautada pelo conflito entre a necessidade de financiamento das atividades estatais e o retorno qualitativo do pagamento dos tributos.

Para atenuar essa situação, encontramos na história do Fisco, no Brasil, iniciativas no sentido de esclarecer essa relação, objetivando aumento de arrecadação e diminuição do conflito entre Estado e Sociedade. Tais iniciativas não solucionaram essa desarmonia, porém, abriram precedentes para um diálogo mais transparente.



No início dos anos 1990, o Estado do Espírito Santo desenvolveu o projeto "Consciência Tributária – A força do cidadão", composto de cartilhas e o vídeo "A história dos tributos: uma conquista do homem". O projeto foi apresentado na reunião do Confaz, ocorrida em maio de 1996 na cidade de Fortaleza – CE, quando, então, ficou deliberado que o Brasil teria um Programa Nacional de Educação Tributária. Nas conclusões do Seminário, constou como item de destaque a introdução do ensino nas escolas de um programa de consciência tributária.

Em dezembro de 2002, foi publicada a Portaria Interministerial nº 413, assinada pelos Ministros da Fazenda e da Educação, reformulando o Grupo de Trabalho de Educação Fiscal nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, e definindo as competências de todos os órgãos envolvidos na implementação do Programa.

Atualmente o PNEF ganhou uma dimensão mais ampla com a participação das seguintes Instituições Gestoras:

- Controladoria Geral da União;
- Secretaria do Orçamento Federal;
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

No âmbito internacional, a ESAF se associou em 2012 ao Programa Eurosocial da União Europeia, na qualidade de sócio-operativa, o que vem propiciando a ampliação das ações do PNEF para toda a América Latina.



Além disso, destaca-se também o estabelecimento de parcerias estratégicas com instituições da sociedade civil, notadamente observatórios sociais do orçamento, conselhos de políticas públicas, associações, movimentos sociais e sindicatos.

4.1.2 Compreendendo a Educação Fiscal

Educação Fiscal é um processo de formação para cidadania focado no entendimento da função social dos tributos visando a preparação para o controle social.

A Educação Fiscal tem por base os seguintes fundamentos:

- Na educação, o exercício de uma prática educativa na perspectiva de formar um cidadão consciente, reflexivo e mobilizador, de forma a contribuir para a transformação social.
- Na cidadania, objetiva possibilitar e estimular o crescente poder do cidadão quanto ao controle democrático do Estado, incentivando-o à participação individual e coletiva na definição de políticas públicas e na elaboração de leis para sua execução.
- Na ética, fortalecer uma conduta responsável e solidária, que valorize o bem comum.
- ► Na política, compartilhar conhecimentos sobre gestão pública eficiente, eficaz e transparente quanto à captação, à alocação e à aplicação dos recursos públicos,

com responsabilidade fiscal, e ênfase no conceito de bem público como patrimônio da sociedade.

- No controle social, disseminar conhecimentos e instrumentos para que o cidadão possa atuar no combate ao desperdício e a corrupção.
- Na relação Estado-Sociedade, desenvolver uma relação de confiança entre a administração pública e o cidadão, oferecendo-lhe um atendimento respeitoso e conclusivo, com ênfase na transparência das atividades.
- Na relação Administração Tributária-Contribuinte, estimular o cumprimento voluntário das obrigações tributárias e o combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho e à pirataria.
- Na condução do PNEF, realizar práticas democráticas em permanente integração com todos os segmentos sociais, de modo a contribuir para que o Estado cumpra seu papel constitucional de reduzir as desigualdades sociais e ser instrumento de fortalecimento permanente do Estado Democrático de Direito. (CECILIO, 2013).

4.2 PNEF: construindo valores para uma nova cidadania

O PNEF funciona de forma descentralizada. Cada estado ou município tem autonomia para executar o Programa de acordo com suas peculiaridades sociais, econômicas, culturais e disponibilidades orçamentárias, observando sempre as diretrizes nacionais.



Cabe às instituições gestoras da União prover recursos orçamentários destinados à edição de materiais nacionais, de modo a dar unidade e uniformidade ao PNEF e propiciar a qualquer brasileiro, mesmo nas regiões mais distantes e pobres de nosso território, o acesso aos conteúdos do Programa.

Na esfera Federal, o PNEF conta com ação própria dentro do Plano Plurianual, em que o Ministério da Fazenda, por intermédio da ESAF, executa estes recursos.

4.2.1 Valores

O PNEF segue alguns valores que se fazem importantes para a sua consolidação. São eles:

- cidadania;
- comprometimento;
- efetividade:
- ética:
- justiça;
- solidariedade; e
- transparência.



4.2.2 Missão

Compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade sobre a origem, a aplicação e o controle dos recursos públicos, favorecendo a participação social.

4.2.3 Proposições

O Programa Nacional de Educação Fiscal propõe-se a:

Ser um instrumento permanente de afirmação do Estado democrático.

- Contribuir para fortalecer os mecanismos de transformação social por meio da educação.
- ▶ Difundir informações que possibilitem a construção da consciência cidadã a respeito da função socioeconômica dos tributos e dos orçamentos públicos.
- Ampliar a participação popular na gestão democrática do Estado.
- Contribuir para aperfeiçoar a ética na administração pública e na sociedade.
- Harmonizar a relação Estado-cidadão.
- Desenvolver a consciência crítica da sociedade para o exercício do controle social.
- Aumentar a eficiência, a eficácia e a transparência do Estado.
- Compartilhar o conhecimento sobre a gestão pública.
- ► Reforçar o conceito de bem público como patrimônio da sociedade.
- Contribuir com o aprimoramento da qualidade do gasto público.
- Aumentar a responsabilidade fiscal.
- Obter o equilíbrio fiscal.
- Fortalecer a ética na administração pública.

- Combater a corrupção.
- Promover a reflexão sobre nossas práticas sociais.
- Propugnar pela construção democrática e participativa de políticas públicas capazes de minimizar as desigualdades sociais. (BRASIL, 2014, p. 13).

4.2.4 Diretrizes do PNEF

O Programa Nacional de Educação Fiscal tem suas diretrizes. Acompanhe:

- estimular o exercício da cidadania com vistas à organização, mobilização e participação social no tocante às finanças públicas;
- dar ênfase à comunicação mobilizadora, visando o estabelecimento de vínculos de corresponsabilidade;
- ▶ a ação de âmbito nacional e sua implantação envolve os três níveis de governo;
- as ações do Programa têm caráter permanente, sendo recomendada a desvinculação de logomarcas e mensagens que caracterizem determinada gestão governamental, eliminando assim a possibilidade de utilização do Programa com objetivos político-partidários;
- o material didático do PNEF deve estar em consonância com as Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais, respeitando a autonomia das instituições de ensino. Os conteúdos de educação fiscal deverão ser inseridos na teoria e na prática escolar;
- todo o material produzido para o PNEF, inclusive o didático, é propriedade da ESAF e deverá seguir as linhas de referenciais nacionais definidas neste documento e em documentos orientadores específicos, devendo haver socialização das experiências realizadas e distribuição do material produzido, vedada sua comercialização; e
- o financiamento das ações do PNEF deve ser feito, prioritariamente, com recursos orçamentários, sem prejuízo de fontes alternativas.

4.2.5 Objetivos do Programa

Conheça a seguir os objetivos geral e específicos que compõem o Programa.

Geral

Promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o efetivo exercício da cidadania.



Específicos

- a) Levar a capacitação em finanças públicas aos agentes públicos e políticos.
- b) Sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica dos tributos.
- Levar conhecimentos aos cidadãos sobre cidadania, finanças públicas, participação e controle social.
- d) Incentivar o acompanhamento e a participação da sociedade na aplicação dos recursos públicos e no controle dos gastos públicos.
- e) Criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

4.2.6 Abrangência do Programa



O Programa é amplo e possui cinco áreas de abrangência, de modo que sejam atendidos todos os brasileiros, em qualquer estágio de sua vida, a saber: estudantes do ensino fundamental, médio, servidores públicos, comunidade universitária e sociedade em geral.

O Programa pode, então, ser desenvolvido em todos os níveis de ensino e as faixas etá-

rias. Por seu intermédio, a sociedade passa a ter melhor entendimento:

- a) da estrutura e do funcionamento da administração pública em seus três níveis de governo – federal, estadual e municipal;
- b) da função socioeconômica dos tributos;
- c) da aplicação dos recursos públicos;
- d) das estratégias e dos meios para o exercício do controle democrático.

4.2.7 Gestão do Programa

Acompanhe a seguir como são geridos nos Estados e municípios o Programa e seus projetos.

- Os Estados e municípios têm autonomia de elaborar e implementar seus projetos segundo suas condições, definindo prioridades e ritmo próprio, porém, obedecendo às Diretrizes do Programa Nacional.
- Nos Estados, o Programa é desenvolvido em parceria com as Secretarias da Fazenda, da Educação e da Receita Federal do Brasil e outras instituições, a critério do programa estadual de Educação Fiscal.
- Nos municípios, o Programa desenvolve-se em parceria com as Secretarias Municipais de Finanças, de Educação e as projeções locais das Receita Federal e Secretarias Estaduais de Fazenda e Educação, sem prejuízo da participação de outras instituições afins, a critério do programa municipal de educação fiscal.
- ► A Esaf, como Coordenadora-Geral do Programa, exerce papel fundamental em sua evolução e promove, de forma permanente, a articulação dos três níveis de governo.
- ► As instituições gestoras e suas respectivas competências constam da Portaria Interministerial Fazenda e Educação nº 413, de 31 de dezembro de 2002.

5. O PNEF e o currículo escolar

Conheça agora a relação do Programa e a sua importância no contexto escolar.

5.1 Por uma escola em sintonia com seu tempo

Diante da conjuntura social contemporânea, é importante registrar a complexidade das ações humanas e a necessidade de alternativas criativas para enfrentamento dos problemas de nosso tempo.

Nunca é demais afirmar que a escola ocupa lugar de destaque no contexto das instituições capazes de contribuir para essa realidade, seja na proposição de alternativas ou na reprodução da situação.

Nesse sentido, há uma crescente demanda social pela reflexão e ação sobre temas que assegurem maior conscientização acerca dos **fenômenos sociais** vivenciados e que permitam a possibilidade de investigá-los, sobretudo quando se manifestam no sentido de inibir a cidadania.



Desse modo, é função dos que pensam e edificam o cotidiano da escola construir um elo possível entre o conhecimento escolar, a necessidade social e a qualidade de vida dos cidadãos.

Um dos mecanismos utilizados para a promoção dessa aproximação foi a introdução da ideia de temas transversais na educação básica brasileira. Todavia, ainda existe o desafio de fazer a contemporaneidade (por meio dos mais diversos temas) compor o cenário escolar de maneira orgânica, e não esporádica, de traduzi-la para uma linguagem discursiva que garanta a todos os frequentadores do universo escolar o amplo acesso e domínio das questões que o abordam na vida social.

Esta não é uma tarefa simples, pois envolve o debate acerca de princípios e concepções sobre a própria função social da escola.

5.2 A concepção de currículo escolar

O currículo sintetiza ações, interações, metodologias e envolve atores de diversas naturezas, fazendo um circuito entre espaços, tempos, sujeitos e sistema de ensino. Para Sacristán (1998, p. 17),

O currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível de análise político-social quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação, 'mais técnica', descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares.

O currículo é como um grande texto, escrito por muitas mãos, que vai recobrindo o universo escolar com diversas tramas, às vezes agradáveis aos olhos (ou ouvidos), noutras marcadas pela constatação de que um fragmento foi tecido de forma inadequada, e que, portanto, carece de



"reparos", de uma "recostura" que possa instaurar novo sabor a seus "tecelões". Desta forma, há uma relação visceral entre o currículo e o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar.



OBSERVE

Nesse sentido, questionamos: para que serve uma escola? Que sentido existe em nos organizarmos socialmente para conviver horas, dias, meses e anos em um ambiente escolar? Qual a relação entre o vivido na escola e o cotidiano das pessoas? O que faz da escola um "espaço-tempo" polêmico entre aqueles que creem e os que descreem da sua relevância social?

Nos meios acadêmicos, já se tornou bem aceito o fato de que a escola não muda o mundo, mas muda com o mundo. Em suma, mudam as pessoas e isso favorece a transformação da humanidade.

Os estudos curriculares representam um poderoso artefato para o movimento de observação, reflexão e intervenção na dinâmica escolar. Possibilitam compreender o que se processa no seu interior e os vínculos entre o que se vive na escola e a comunidade onde esta se localiza.

O currículo escolar constitui-se, portanto, no conflitante campo dos debates que intencionam compreender os diversos "fazeres" e "pensares" que repercutem no interior da escola. De igual forma, possibilita também não criar limites entre o que é "específico" da escola e o que "pertence" ao conhecimento da sociedade em geral.

Essa leitura extrapola o conceito de currículo como sinônimo de um conjunto de conhecimentos, determinados *a priori*, que se enquadram em disciplinas "cientificamente" predefinidas e delimitadoras de tudo que será ou não vivido por estudantes e educadores, num dado espaço e tempo igualmente rígidos.

Refere-se a uma concepção de currículo para além de um desenho com poder de aprisionar e reduzir os conhecimentos da cultura humana em modelos inflexíveis que devem ser transmitidos de geração a geração. Busca superar a ação formativa escolarizada limitada ao que se encontra preso a uma ideia de "grade curricular".

O currículo é uma ferramenta imprescindível para se compreender os interesses que atuam e estão em permanente jogo na escola e na sociedade.

Para além do que está prescrito nas "grades curriculares" e nas listas de conteúdos préelaboradas, adotamos um conceito de currículo como **conjunto de ações que cooperam para a formação humana em suas múltiplas dimensões constitutivas**.

Assim, quando falamos de currículo estamos nos referindo ao complexo processo sociocultural que fez da escola um dos mais importantes meios de compreensão e reprodução dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

No currículo, relações de poder, ideologias e culturas são afirmadas ou negadas. Discutir o currículo é, portanto, debater uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. Um debate que não se reduz a uma visão tradicional de mudanças de conteúdos dos currículos escolares.



OBSERVE

Esse tema põe em foco amplas questões como: o quê e como se aprende na escola? A quem interessa e a serviço de quem está o que é aprendido? Como podemos fazer para democratizar o que é discutido nas escolas de forma a não excluir os conhecimentos dos diferentes segmentos sociais, sem anular identidades ou segregar saberes? E como romper com a "clausura" que a escola vive em relação à dinâmica social de nossos dias?

Ainda não há consenso sobre um caminho que responda a esses questionamentos com garantia de certeza e/ou segurança. O não consenso, nesse caso, parece expressar a existência de diferentes caminhos e de caminhos plurais.

Como abordarmos, por exemplo, os preocupantes índices de gravidez na adolescência? Como trabalharmos em nossas escolas os dados que apontam para o alto número de abortos entre jovens de 15 a 19 anos? Há relações possíveis de serem estabelecidas entre esses indicadores e a nossa comunidade? E como discutir as relações entre impostos e cidadania?

Questões como essas podem compor o currículo escolar? Perfeitamente. E sem nenhum prejuízo aos saberes consagrados nos conteúdos escolares. No entanto, torna-se necessário parar e pensar sobre os caminhos e as alternativas didático-metodológicas possíveis para ampliar e potencializar os saberes e as vivências na escola.

Possivelmente, essa compreensão figura entre os maiores desafios dos sistemas de educação no Brasil: construir uma concepção de ação educativa que atenda as múltiplas dimensões formativas do indivíduo e consolide a compreensão de que **o currículo escolar**



se manifesta como expressão efetiva da vida, em contraposição à ideia de um "currículo prescritivo", previamente elaborado e comprometido com avaliações futuras.

Uma escola à altura do seu tempo traz para si a responsabilidade de investigar as questões postas na realidade na qual se insere. Para isso, reorganiza-se como espaço social do diálogo, com base na equidade dos saberes, nas diferentes contribuições

científicas, nas percepções do cotidiano humano e nas manifestações da cultura. Enfim, numa permanente busca de alternativas para as demandas de seu público.

Numa análise mais geral, a organização que ainda prevalece na maioria das escolas reflete uma concepção obsoleta de educação, de homem e de sociedade, em que o conhecimento é algo a ser transmitido, a aprendizagem é um acúmulo de informações, os conteúdos escolares são recortes do conhecimento científico, arbitrariamente considerados relevantes, e os professores são os que transmitem e os alunos são os que assimilam.

No entanto, há diversas escolas que desenvolvem atividades que extrapolam seus muros e as transformam em efetivos "centros de formação da cidadania", como prevê a vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse proces-



so, o entorno cultural da escola vira fonte concreta de pesquisas, aprendizagens e descobertas. Transforma-se em laboratório de experiências, fomentando as mútuas intervenções de alunos, professores, comunidade e produzindo as alternativas que podem interferir na qualidade social de vida de seus integrantes.

*

IMPORTANTE

Vale ressaltar que a partir da perspectiva de currículo, os profissionais da educação terão maior facilidade de compreender que os temas sociais contemporâneos como fome, violência, pobreza, fisco, impostos e aplicação do recurso público, entre outros assuntos, estão absolutamente relacionadas ao papel da escola na formação humana dos educandos e, principalmente, às suas aprendizagens.

Barros (2011) afirma que, atualmente, muitas das críticas feitas à escola o são por não estar cumprindo o papel primordial que lhe é conferido – ensinar as novas gerações, inserindo-os em sua cultura. Lamentavelmente, o grande problema é que se considera, via de regra, que ensinar significa sobrecarregar os aprendizes com dados, datas, informações e conhecimentos a serem absorvidos, porém sem compromisso efetivo de aplicabilidade. Morin (2001), citando Montaigne, distingue essa falsa concepção que há séculos perdura.

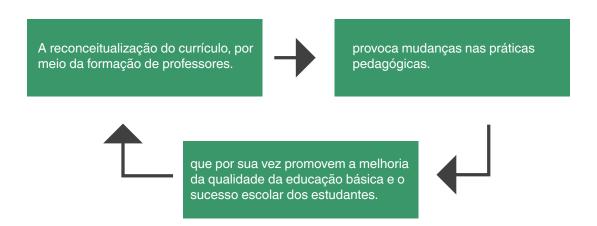
[...] a primeira finalidade do ensino foi formulada por Montaigne: mais vale uma cabeça bem-feita que bem cheia. O significado de "uma cabeça bem cheia" é óbvio: é uma cabeça onde o saber é acumulado, empilhado, e não dispõe de um princípio de seleção e organização que lhe dê sentido. "Uma cabeça bem-feita" significa que, em vez de acumular o saber, é mais importante dispor ao mesmo tempo de: – uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas; – princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido. (MORIN, 2001, p. 17).

Sabemos que o conhecimento resulta de uma interlocução entre o aprendiz e as demais pessoas com quem convive – dentro e fora da escola –, nas relações que trava em seu **contexto sociocultural**, econômico e político. Se é bem formado (e não apenas bem informado), tem a capacidade de organizar, relacionar, interpretar e (re)construir as interdependências entre os fatos vivenciados, as opiniões divergentes com que se depara, de lidar com as inúmeras



representações que vão se constituindo ao longo da vida, com os inúmeros discursos que emanam das distintas esferas em que circula, e, enfim, de intervir na realidade, de (re)criar seus discursos e valores, sendo capaz de perceber como estes subjazem a suas ações.

Em suma, num processo dinâmico e dialético, compreendemos que:



Perceba que, partindo dessa premissa, a ação política dos professores se torna, prioritariamente, articular os vários saberes, tendo por maior finalidade a aprendizagem e a promoção da cidadania, cujos princípios se apoiam na *pedagogia da autonomia*, idealizada por Paulo Freire.

Assim, entendemos que nas novas concepções e relações sociais estabelecidas entre os participantes da escola se fundam as possibilidades concretas de trabalho da Educação Fiscal.

Essa leitura de função da escola e do currículo escolar, aliada à missão e aos objetivos da educação fiscal, faz emergir dois temas, absolutamente relevantes, para melhor relação entre escola e educação fiscal.

- a) Projeto político pedagógico da escola e sua relação com a Educação Fiscal.
- Projetos de trabalho como alternativa metodológica para disseminação da Educação Fiscal.

5.3 Projetos de trabalho: um caminho possível

Uma questão pouco mencionada e discutida na escola é o fato de ensinarmos disciplinas e conteúdos previamente definidos, recortados de um grande universo de possibilidades.



OBSERVE

Você já se questionou por que dos 6 mil campos de conhecimento que existem, apenas oito são abordados? Por que não estudamos Antropologia, Cosmologia, Sociologia e Economia na Educação Básica? Esses são alguns dos questionamentos de Hernández e Ventura (1998). Segundo os autores, as disciplinas atuais são as mesmas desde o final do século XIX. Fortalecendo a pertinência desses questionamentos, estudos já provaram que 80% das coisas que aprendemos na escola não nos servem, não dão sentido ao mundo em que vivemos e não nos socializam.

Para Hernández e Ventura (1998), os projetos de trabalho tentam uma aproximação da escola com a vida cotidiana do aluno e se vinculam à pesquisa sobre algo emergente. Como ocorre ainda na maioria das escolas, o educador, que trabalha de forma solitária e sem muitos compartilhamentos, precisa passar a atuar em equipe, de forma interdisciplinar, focando a construção de saberes não apenas com a sua turma, mas com toda a escola.

Aí reside o valor do **Projeto de trabalho**, que se funda numa concepção de educação trabalhada a partir de pesquisa e da problematização de fenômenos reais, em consonância com o PPP da escola e, portanto, com as metas destacadas naquela escola, em seu contexto e para aquele grupo de alunos.

O primeiro passo para adotar tal metodologia é detectar um problema que instigue os alunos à pesquisa. Pode-se partir de uma inquietação ou de uma posição a respeito do mundo.

Todas as coisas que se podem ensinar por meio de projetos começam de uma dúvida. A partir desta, podem ser propostas diversas alternativas, tendo na investigação e na construção coletiva da turma uma referência pedagógico-metodológica.

Desse ponto em diante, é importante trabalhar as maneiras de como olhar o mundo, com um estranhamento que se contraponha à forma habitual (e por isso, às vezes, opaca) com que vemos nosso entorno. Mas não interessa só localizá-las, e sim entender o significado delas, porque com o resultado é que se pode edificar uma situação de aprendizagem em que os próprios estudantes começam a participar do processo de criação, pois buscam resposta às suas dúvidas. E logo após são elaborados relatórios que



sistematizam o conhecimento construído, ou seja, enfocam os resultados da execução do projeto.



TOME NOTA

Para conhecer mais sobre a Pedagogia de Projetos, veja a pasta "Leituras Complementares" do Módulo 1. Para encontrar modelos de Projeto Pedagógico e Plano de Ação, veja o conteúdo do Módulo 5.

REFERÊNCIAS

BARROS, E. B. R. de. **Memorial crítico reflexivo**. Repensando alguns conceitos, revisitando algumas práticas. Belo Horizonte: 2011.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 22 maio 2014.

Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 . Disponível em: <http: th="" www.mma.gov<=""></http:>
br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em: 22 maio 2014.

_____. **Objetivos do Milênio**. Disponível em: http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio. Acesso em: 22 maio 2014.

_____. Controladoria Geral da União. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/. Acesso em: 22 maio 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação**. 2011. Disponível em: http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf. Acesso em: 30 maio 2014.

BRASIL. Secretaria da Fazenda. **Programa Nacional de Educação Fiscal**. Sefaz. Disponível em: http://www.sefaz.al.gov.br/pef/material/curso_educacao_fiscal.pdf>. Acesso em: 30 maio 2014.

CARTA da terra. Disponível em: http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html. Acesso em: 22 maio 2014.

CHOMSKY, N. **As 10 estratégias de manipulação midiática**. Tradução: Adital. Notícias da América Latina e Caribe. 2010. Disponível em: http://www.adital.com.br/site/noticia. asp?lang=PT&cod=52520>. Acesso em: 30 maio 2014.

DEMO, P. **Conhecer e aprender**: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2000.

____. Participação é conquista. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, M. Escola cidadã. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. **A** organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001. Resenha da obra. Disponível em: http://www.conteudoescola.com.br/resenhas/89-resenha-os-sete-saberes-necessarios-a-educacao-do-futuro-edgar-morin. Acesso em: 30 maio 2014.

NERI, M. C. (Coord.). **Desigualdade de Renda na Década**. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, 2011. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/bd/DD/DD_Neri_Fgv_TextoFim3.pdf>. Acesso em: 28 maio 2014.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OBSERVATÓRIO Social do Brasil. Disponível: http://www.observatoriosocialdobrasil.org. br/>. Acesso em: 22 maio 2014.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TAPIA, J. R. B. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional. In: Diniz, Eli (Org.). **Globalização**, **Estado e desenvolvimento**. Dilemas do Brasil no Novo Milênio. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

TORO, J. B. **Os códigos da modernidade**. Tradução e adaptação de Antonio Carlos da Costa. Colômbia: Fundación Social, 1997.